



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 11/04/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52131 - COMANDO DA MARINHA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	52131 - COMANDO DA MARINHA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	7.474.510.090,88	7.222.985.844,67	PASSIVO CIRCULANTE	2.303.575.495,19	1.172.661.649,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.116.753.660,41	3.962.946.541,42	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	582.821.254,75	142.206.182,74
Créditos a Curto Prazo	183.408.243,36	183.634.530,53	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.377.035.227,89	686.762.860,51
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	183.408.243,36	183.634.530,53	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	111.536.579,53	103.747.870,93
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	341.054.300,94	243.626.753,16	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	42.565,26	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	2.828.654.907,07	2.828.139.970,72	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	4.638.979,10	4.638.048,84	Demais Obrigações a Curto Prazo	232.139.867,76	239.944.735,75
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	64.013.544.259,14	64.531.613.320,06	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	28.770.705.242,25	29.306.912.533,41
Ativo Realizável a Longo Prazo	583.272.791,45	517.597.077,39	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	519.675.089,46	517.512.314,20	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	1.366.050.453,26	1.902.257.744,42
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	519.675.089,46	517.512.314,20	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	63.597.701,99	84.763,19	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	27.404.654.788,99	27.404.654.788,99
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	31.074.280.737,44	30.479.574.183,34
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	53.500,00	53.500,00
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	29.436.282,53	29.436.282,53
Imobilizado	63.340.413.414,03	63.924.397.157,98	Resultados Acumulados	40.384.283.830,05	41.245.535.198,86
Bens Móveis	24.625.914.341,08	25.365.137.043,63	Resultado do Exercício	-876.734.121,44	4.124.289.361,56
Bens Móveis	26.457.134.095,49	26.294.801.465,28	Resultados de Exercícios Anteriores	41.294.392.270,21	68.345.084.455,57
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.655.754.354,24	-754.766.249,08	Ajustes de Exercícios Anteriores	-33.374.318,72	-31.223.838.618,27
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-175.465.400,17	-174.898.172,57	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	38.714.499.072,95	38.559.260.114,35	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.413.773.612,58	41.275.024.981,39
Bens Imóveis	38.835.118.684,00	38.662.632.821,11			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-120.619.611,05	-103.372.706,76			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	89.858.053,66	89.619.084,69			
Softwares	11.969.814,84	12.009.946,85			
Softwares	12.107.689,25	12.120.723,95			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-137.874,41	-110.777,10			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 11/04/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52131 - COMANDO DA MARINHA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52131 - COMANDO DA MARINHA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	76.163.145,41	75.884.044,43			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	76.163.145,41	75.884.044,43			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	1.725.093,41	1.725.093,41			
Direitos de Uso de Imóveis	1.725.093,41	1.725.093,41			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	71.488.054.350,02	71.754.599.164,73	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71.488.054.350,02	71.754.599.164,73

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	4.122.129.632,31	3.963.004.165,31	PASSIVO FINANCEIRO	21.024.096.520,00	1.762.138.215,06
ATIVO PERMANENTE	67.365.924.717,71	67.791.594.999,42	PASSIVO PERMANENTE	30.696.512.246,45	30.136.716.601,09
			SALDO PATRIMONIAL	19.767.445.583,57	39.855.744.348,58

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	30.738.368.648,06	30.659.021.008,62	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	23.347.383.171,21	23.317.194.822,44
Execução dos Atos Potenciais Ativos	30.738.368.648,06	30.659.021.008,62	Execução dos Atos Potenciais Passivos	23.347.383.171,21	23.317.194.822,44
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	20.606.434.506,32	20.526.743.617,87	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	2.171,84	2.171,84
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	144.633.048,22	178.232.887,01	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	15.447.774,00	15.447.774,00
Direitos Contratuais a Executar	9.987.301.093,52	9.954.044.503,74	Obrigações Contratuais a Executar	23.331.933.225,37	23.301.744.876,60
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	30.738.368.648,06	30.659.021.008,62	TOTAL	23.347.383.171,21	23.317.194.822,44

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-17.368.039.961,03
Recursos Vinculados	466.073.073,34
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-84.695.890,54
Operação de Crédito	-620.207.243,24
Alienação de Bens e Direitos	-4.192.984,67
Doações	3.624,78
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	541.927.680,09
Outros Recursos Vinculados a Fundos	633.237.886,92



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 11/04/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 52131 - COMANDO DA MARINHA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO SUPERIOR 52131 - COMANDO DA MARINHA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
TOTAL	-16.901.966.887,69



EXERCÍCIO 2018	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMIÇÃO 11/04/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52131 - COMANDO DA MARINHA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	52131 - COMANDO DA MARINHA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.141.347.581,37	13.396.914.662,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		201,17
Impostos	-	-
Taxas	-	201,17
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	273.459.499,87	253.233.647,98
Contribuições Sociais	273.464.573,53	253.233.828,56
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-5.073,66	-180,58
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	83.544.840,45	78.663.418,38
Venda de Mercadorias	2.748.649,25	2.584.654,67
Vendas de Produtos	7.806,60	16.597,48
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	80.788.384,60	76.062.166,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	758.235.339,92	285.946.398,89
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	18.709.294,64	16.438.011,23
Juros e Encargos de Mora	1.205.357,38	2.720.722,60
Variações Monetárias e Cambiais	675.978.385,55	181.517.859,27
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	62.341.952,78	85.265.218,48
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	349,57	4.587,31
Transferências e Delegações Recebidas	11.716.400.795,63	11.764.003.621,08
Transferências Intragovernamentais	11.450.414.000,56	10.703.236.272,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	5.000,00	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	265.981.795,07	1.060.767.348,12
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	170.042.429,38	943.000.908,99
Reavaliação de Ativos	120.183.446,75	814.526.455,04
Ganhos com Alienação	4.441,60	107.718,04
Ganhos com Incorporação de Ativos	49.794.341,15	128.072.135,62
Ganhos com Desincorporação de Passivos	60.199,88	294.600,29
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	139.664.676,12	72.066.465,69
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2018	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 11/04/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52131 - COMANDO DA MARINHA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	52131 - COMANDO DA MARINHA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	139.664.676,12	72.066.465,69
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	14.018.081.702,83	12.602.244.830,74
Pessoal e Encargos	1.931.034.117,02	1.844.781.833,50
Remuneração a Pessoal	1.687.969.885,48	1.594.565.822,76
Encargos Patronais	39.768.829,37	39.347.123,58
Benefícios a Pessoal	173.909.340,81	194.126.071,25
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	29.386.061,36	16.742.815,91
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.234.985.714,05	2.999.854.440,12
Aposentadorias e Reformas	1.729.484.498,90	1.596.080.512,86
Pensões	1.496.465.627,18	1.395.325.761,72
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.035.587,97	8.448.165,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.335.134.450,06	452.056.550,00
Uso de Material de Consumo	151.611.220,40	113.025.811,01
Serviços	260.928.374,82	236.159.188,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	922.594.854,84	102.871.550,40
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	777.465.387,46	108.889.729,99
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	10.257.744,99	13.343.868,97
Juros e Encargos de Mora	67,74	1.100,77
Variações Monetárias e Cambiais	767.207.538,23	95.536.950,89
Descontos Financeiros Concedidos	36,50	7.809,36
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.590.568.417,65	6.836.078.371,06
Transferências Intragovernamentais	6.371.319.115,47	6.099.384.400,24
Transferências Intergovernamentais	-	3.127.737,52
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	219.249.302,18	733.566.233,30
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	146.269.987,12	357.806.935,26
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	8.959.024,81	17.246.802,26
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	53.161.284,00	47.004.252,63
Incorporação de Passivos	44.026.567,01	26.100.271,98
Desincorporação de Ativos	40.123.111,30	267.455.608,39



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	52131 - COMANDO DA MARINHA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	52131 - COMANDO DA MARINHA
----------------	----------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	85.454,19	135.619,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	78.656,03	131.299,52
Contribuições	6.798,16	4.319,88
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.538.175,28	2.641.351,41
Premiações	10.170,30	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	434.700,00	528.746,67
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.093.304,98	2.112.604,74
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-876.734.121,46	794.669.831,44

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCICIO 2018	PERIODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO 11/04/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52131 - COMANDO DA MARINHA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52131 - COMANDO DA MARINHA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.326.761.018,00	2.326.761.018,00	287.994.134,66	-2.038.766.883,34
Receitas Tributárias	58.096,00	58.096,00	15.887,16	-42.208,84
Impostos	-	-	-	-
Taxas	58.096,00	58.096,00	15.887,16	-42.208,84
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	150.496.530,00	150.496.530,00	44.692.331,60	-105.804.198,40
Contribuições Sociais	114.886.384,00	114.886.384,00	32.813.543,70	-82.072.840,30
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	35.610.146,00	35.610.146,00	11.878.787,90	-23.731.358,10
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.562.014.523,00	1.562.014.523,00	93.008.514,43	-1.469.006.008,57
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	31.046.106,00	31.046.106,00	7.359.103,26	-23.687.002,74
Valores Mobiliários	240.452.223,00	240.452.223,00	62.341.952,77	-178.110.270,23
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	1.216.169.180,00	1.216.169.180,00	-	-1.216.169.180,00
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	74.347.014,00	74.347.014,00	23.307.458,40	-51.039.555,60
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	131.088,00	131.088,00	7.806,60	-123.281,40
Receitas de Serviços	600.669.293,00	600.669.293,00	146.347.254,56	-454.322.038,44
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	49.503.948,00	49.503.948,00	11.250.643,91	-38.253.304,09
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	132.526.061,00	132.526.061,00	31.820.629,68	-100.705.431,32
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	332.951.284,00	332.951.284,00	84.566.118,87	-248.385.165,13
Serviços e Atividades Financeiras	85.688.000,00	85.688.000,00	18.709.644,21	-66.978.355,79
Outros Serviços	-	-	217,89	217,89
Transferências Correntes	600.000,00	600.000,00	5.000,00	-595.000,00
Outras Receitas Correntes	12.791.488,00	12.791.488,00	3.917.340,31	-8.874.147,69
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.546.364,00	4.546.364,00	1.229.661,96	-3.316.702,04
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4.887.859,00	4.887.859,00	2.167.166,33	-2.720.692,67
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	3.357.265,00	3.357.265,00	520.512,02	-2.836.752,98
RECEITAS DE CAPITAL	759.869.265,00	759.869.265,00	84.004.885,00	-675.864.380,00
Operações de Crédito	593.676.226,00	593.676.226,00	35.107.796,05	-558.568.429,95
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	593.676.226,00	593.676.226,00	35.107.796,05	-558.568.429,95
Alienação de Bens	4.193.039,00	4.193.039,00	4.441,60	-4.188.597,40
Alienação de Bens Móveis	291.304,00	291.304,00	4.441,60	-286.862,40
Alienação de Bens Imóveis	3.901.735,00	3.901.735,00	-	-3.901.735,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	162.000.000,00	162.000.000,00	48.892.647,35	-113.107.352,65
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 11/04/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52131 - COMANDO DA MARINHA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52131 - COMANDO DA MARINHA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.086.630.283,00	3.086.630.283,00	371.999.019,66	-2.714.631.263,34
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.086.630.283,00	3.086.630.283,00	371.999.019,66	-2.714.631.263,34
DEFICIT			24.423.345.088,21	24.423.345.088,21
TOTAL	3.086.630.283,00	3.086.630.283,00	24.795.344.107,87	21.708.713.824,87
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	22.421.357.593,00	22.411.746.237,00	22.141.689.852,41	5.012.989.051,25	4.971.815.888,82	270.056.384,59
Pessoal e Encargos Sociais	19.798.812.618,00	19.798.812.618,00	19.738.342.134,32	4.663.072.885,15	4.646.158.124,25	60.470.483,68
Juros e Encargos da Dívida	218.893.529,00	218.893.529,00	4.319.966,00	306.799,26	306.799,26	214.573.563,00
Outras Despesas Correntes	2.403.651.446,00	2.394.040.090,00	2.399.027.752,09	349.609.366,84	325.350.965,31	-4.987.662,09
DESPESAS DE CAPITAL	6.286.353.272,00	5.291.163.045,00	2.653.654.255,46	59.709.278,72	56.284.046,19	2.637.508.789,54
Investimentos	2.648.439.470,00	2.541.690.826,00	2.405.414.036,46	52.090.628,09	48.665.395,56	136.276.789,54
Inversões Financeiras	2.733.581.393,00	2.733.581.393,00	232.581.393,00	6.322.703,90	6.322.703,90	2.501.000.000,00
Amortização da Dívida	904.332.409,00	15.890.826,00	15.658.826,00	1.295.946,73	1.295.946,73	232.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	354.368.530,00	354.368.530,00	-	-	-	354.368.530,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	29.062.079.395,00	28.057.277.812,00	24.795.344.107,87	5.072.698.329,97	5.028.099.935,01	3.261.933.704,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	888.441.583,00	-	-	-	888.441.583,00
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	888.441.583,00	-	-	-	888.441.583,00
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO PRIMEIRO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 11/04/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	52131 - COMANDO DA MARINHA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	52131 - COMANDO DA MARINHA

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	888.441.583,00	-	-	-	888.441.583,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	29.062.079.395,00	28.945.719.395,00	24.795.344.107,87	5.072.698.329,97	5.028.099.935,01	4.150.375.287,13
TOTAL	29.062.079.395,00	28.945.719.395,00	24.795.344.107,87	5.072.698.329,97	5.028.099.935,01	4.150.375.287,13

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	71.527.478,53	599.806.318,66	249.911.899,47	221.612.419,39	6.318.837,51	443.402.540,29
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	975.641,22	850.900,84	850.900,84	-	124.740,38
Outras Despesas Correntes	71.527.478,53	598.830.677,44	249.060.998,63	220.761.518,55	6.318.837,51	443.277.799,91
DESPESAS DE CAPITAL	136.226.889,75	625.845.622,41	200.727.690,38	192.233.325,94	1.954.930,78	567.884.255,44
Investimentos	136.226.889,75	577.219.024,20	152.214.999,58	143.720.635,14	1.954.930,78	567.770.348,03
Inversões Financeiras	-	45.879.104,07	45.879.104,07	45.879.104,07	-	-
Amortização da Dívida	-	2.747.494,14	2.633.586,73	2.633.586,73	-	113.907,41
TOTAL	207.754.368,28	1.225.651.941,07	450.639.589,85	413.845.745,33	8.273.768,29	1.011.286.795,73

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.291.324,85	76.059.376,62	45.635.057,21	2.238.486,29	32.477.157,97
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.105.911,24	2.105.911,24	-0,07	0,07
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-0,07	0,07
Outras Despesas Correntes	4.291.324,85	73.953.465,38	43.529.145,97	2.238.486,43	32.477.157,83
DESPESAS DE CAPITAL	11.604.202,67	221.544.484,71	37.574.791,22	13.385,87	195.560.510,29
Investimentos	11.604.202,67	6.544.203,06	12.574.509,57	13.386,01	5.560.510,15
Inversões Financeiras	-	215.000.281,65	25.000.281,65	-0,07	190.000.000,07
Amortização da Dívida	-	-	-	-0,07	0,07
TOTAL	15.895.527,52	297.603.861,33	83.209.848,43	2.251.872,16	228.037.668,26



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Nota 01 – Fornecedores e Contas a Pagar

As obrigações correspondentes aos Fornecedores e Contas a Pagar são mensuradas ou avaliadas de acordo com as bases de mensuração dos passivos descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), realizada a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das Demonstrações Contábeis.

As obrigações prefixadas são ajustadas a valor presente e as obrigações pós-fixadas são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Em 31/03/2018, o Órgão 52131 - Comando da Marinha consolidado com os Órgãos subordinados apresentou um saldo de R\$ 111.536.579,53, relacionado com Fornecedores e Contas Pagar.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações entre Fornecedores Nacionais e Estrangeiros e entre Circulante e não Circulante, na data-base de 31/03, para os exercícios de 2017 e 2018.

Tabela 1.1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

Grupo	R\$		
	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH (%)
Circulante	111.536.579,53	278.339.731,92	-40,07
Nacionais	108.407.649,23	248.786.923,80	-56,43
Estrangeiros	3.128.930,30	29.552.808,12	-89,41
Não Circulante	0	0	0
Nacionais	0	0	0
Estrangeiros	0	0	0
Total	111.536.579,53	278.339.731,92	-59,93

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

A maior parte dos Fornecedores e Contas a Pagar do curto prazo se refere aos Fornecedores Nacionais, representando cerca de 97% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a tabela, relacionando-se os Órgãos contratantes com os valores referentes a Fornecedores e Contas a Pagar, na data-base de 31/03/2018.

Tabela 1.2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

Órgão	R\$	
	31/MAR/2018	AV (%)
52131 – Comando da Marinha	95.629.542,73	85,74
52132 – Fundo Naval (FN)	14.542.533,41	13,04
52133 – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM)	389.683,30	0,35
52233 – AMAZUL	974.698,49	0,08
31280 – Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM)	121,60	0,00
Total	111.536.579,53	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

O Órgão 52131 - Comando da Marinha é responsável por 85,74% do total a ser pago.



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Na tabela apresentada a seguir, relacionando-se as Unidades Gestoras (UG) contratantes com valores mais expressivos de Fornecedores e Contas a Pagar, na data-base de 31/03/2018.

Tabela 1.3 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante. R\$

Unidades Contratantes	31/MAR/2018	AV (%)
765741 – LABORATÓRIO FARMACEUTICO DA MARINHA	27.263.326,90	28,51
742000 – CENTRO TECNOLOGICO DA MARINHA EM SAO PAULO	17.902.146,96	18,72
771300 – CENTRO DE OBTENÇÃO DAMARINHA NO R.J.	12.961.552,76	13,55
765720 – HOSPITAL NAVAL MARCILIO DIAS	4.475.557,63	4,68
788820 – CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	3.317.702,62	3,47
770100 – COMISSAO NAVAL BRASILEIRA NA EUROPA - LONDRES	2.999.227,84	3,13
784700 – HOSPITAL NAVAL DE BELEM	2.323.638,89	2,43
783702 – HOSPITAL NAVAL DE RECIFE	1.555.745,75	1,63
781600 –ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DO ES	1.434.072,70	1,51
782320 – CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE	1.189.962,09	1,24
788810 – ESTACAO NAVAL DO RIO NEGRO	1.189.363,41	1,24
791181 – CENTRO DE INTEND. DA MARINHA EM S. PEDRO DA AL	1.009.365,73	1,05
DEMAIS UNIDADES GESTORAS CONTRATANTES	18.007.879,45	18,84
Total	95.629.542,73	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Destaca-se que as UG/Gestão 765741/00001- Laboratório Farmacêutico da Marinha e 742000 – Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo são responsáveis por cerca de 47,23 % do total a ser pago relativo a Fornecedores e Contas a Pagar de curto prazo do Órgão 52131 - Comando da Marinha e, cabe ressaltar, que, referente a UG/Gestão 765741/00001, são decorrentes da execução de Termos de Execuções Descentralizadas (TED), firmados com o Ministério da Saúde.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os dez fornecedores mais significativos e os respectivos saldos, na data-base de 31/03/2018.

Tabela 1.4 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor. R\$

Fornecedores	31/MAR/2018	AV (%)
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	17.716.296,97	35,35
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS	10.092.018,52	20,14
EMS S/A	6.096.250,62	12,16
NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A NUCLEP	3.189.059,22	6,36
CONTRACTA ENGENHARIA LTDA	2.991.418,97	5,97
GENPRO ENGENHARIA S/A	2.172.066,26	4,33
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	2.126.828,05	4,24
EUROCOPTER ETABLISSEMENT MARIGNANE	2.113.138,72	4,22
HELICOPTEROS DO BRASIL S/A	1.813.164,97	3,62
EXEMPLO EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA LTDA	1.803.073,68	3,60
Total	50.113.315,98	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Em relação aos fornecedores, a CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA, a EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS e a EMS



Marinha do Brasil (MB)
Diretoria de Finanças da Marinha (DFM)
Departamento de Contabilidade
Divisão de Análise de Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas do Comando da Marinha

S/A representam cerca de 67,65% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA: Contrato nº 765741/2016-004/00, decorrente de Acordo de Cooperação nº 765741/2015-001/00, relativo a fornecimento de materiais químicos e farmacêuticos para a produção de medicamentos;

(b) EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS: Contrato nº 41000/2012-125/09, referente à prestação de serviços de assessoria técnica em gerenciamento de projetos voltado para o desenvolvimento e manutenção de submarino com propulsão nuclear; e

(c) EMS S/A: Contrato nº 765741/2016-006/00, referente a fornecimento de materiais químicos e farmacêuticos.

CRISLEIA APARECIDA REBOUÇAS FARIAS
Contadora do Órgão 52131 – Comando da Marinha
CRC nº RJ-098117/O-4



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Nota 02 – Obrigações Contratuais

As Obrigações Contratuais são mensuradas ou avaliadas de acordo com as bases de mensuração dos passivos descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das Demonstrações Contábeis.

As obrigações prefixadas são ajustadas a valor presente e as obrigações pós-fixadas são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis.

Em 31/03/2018, o Órgão 52131 - Comando da Marinha consolidado com os Órgãos subordinados possuía um saldo de R\$ 23.331.933.225,35, relacionado a obrigações contratuais referentes às parcelas de contratos, que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela, relacionando-se os Órgãos aos respectivos valores contratados, na data-base de 31/03, para os exercícios de 2017 e 2018.

Tabela 2.1 – Obrigações Contratuais – Composição por Órgão.

	R\$		
Órgão	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH(%)
52131 – Comando da Marinha	22.805.144.173,65	23.722.572.107,97	-3,87
52132 – Fundo Naval	166.748.209,67	125.856.091,03	32,49
52133 – FDEPM	21.941.829,01	19.715.241,07	11,29
52233 – AMAZUL	53.192.248,07	14.641.273,92	263,30
31280 – CCCPM	284.906.764,95	287.572.335,01	-0,93
Total	23.331.933.225,35	24.170.357.049,00	-3,47

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Com base na tabela acima, observa-se que cerca de 98% das Obrigações Contratuais possuem como contratante as Unidades Gestoras (UG) do Órgão 52131.

No que diz respeito às variações entre os períodos, destaca-se a variação aumentativa de 263,30% das Obrigações Contratuais no Órgão 52233. Tal variação explica-se, principalmente, em função de novas contratações e de aumento em contratações de serviços.

Na continuação, apresenta-se a tabela, relacionando-se as UG contratantes com valores mais expressivos, na data-base de 31/03/2018.

Tabela 2.2 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

	R\$	
Unidade Gestora Contratante	31/MAR/2018	AV (%)
740002 - COORD-GERAL PROG. DESENV. SUBMAR. NUCLEAR País	12.454.245.859,22	53,38
740003 - COORD-GERAL PROG. DESENV. SUBMAR. NUCLEAR Ext.	8.964.754.647,41	38,42
DEMAIS UNIDADES GESTORAS CONTRATANTES	1.912.932.718,72	8,20
Total	23.331.933.225,35	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Destaca-se que cerca de 93% das Obrigações Contratuais possuem como principais UG contratantes as UG/Gestão 740002/00001 – COORD-GERAL PROG. DESENV. SUBMAR. NUCLEAR (País) e 740003/00001 – COORD-GERAL PROG. DESENV. SUBMAR. NUCLEAR (Exterior), vinculadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).



Notas Explicativas do Comando da Marinha

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se as obrigações de acordo com a Natureza de Despesa (ND) dos respectivos contratos.

Tabela 2.3 – Obrigações Contratuais – Composição por Natureza de Despesa.

Natureza de Despesa	31/MAR/2018	31/MAR/2017	R\$ AH (%)
Aluguéis	808.641,34	10.379.578,13	-92,21
Fornecimento de Bens	9.327.786.603,43	9.728.910.420,47	-4,12
Empréstimos e Financiamentos	276.060.644,71	280.225.847,40	-1,49
Seguros	1.731.184,21	2.192.154,30	-21,03
Serviços	13.725.537.151,66	14.148.640.048,69	-3,00
Demais	9.000,00	9.000,00	0,00
Total	23.331.933.225,35	24.170.357.049,00	-3,47

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

As obrigações contratuais relacionadas com Fornecimento de Bens e Serviços representam cerca de 99% do total das obrigações assumidas até 31/03/2018.

As variações diminutivas mais expressivas foram observadas nas obrigações contratuais relacionadas a Aluguéis (92,21%) e a Seguros (21,03%). Em relação a Aluguéis, a variação refere-se à correção de erro de lançamento por meio de baixa do saldo de R\$ 9.800.000,00, em julho/2017, e respectiva reclassificação de natureza de obrigação contratual, realizada pela UG/Gestão 791180/00001 – Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, referente ao Contrato de Serviços de Manutenção em Equipamentos Aeronavais classificado indevidamente como Aluguéis. Quanto à variação ocorrida na natureza Seguros, refere-se, principalmente, à baixa de saldo por término de execução contratual realizada pela UG/Gestão 781600/00001 – Escola de Aprendizes de Marinheiro do ES.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os três contratados mais significativos e o saldo a executar, na data-base de 31/03/2018.

Tabela 2.4 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratados	31/MAR/2018	R\$ AV (%)
DCN CHERBOURG	8.964.754.042,48	38,42
CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A	8.661.785.713,55	37,12
ITAGUAI CONSTRUÇÕES NAVAIS S/A	3.769.247.935,07	16,15
DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	1.936.145.534,25	8,31
Total	23.331.933.225,35	100,00

Fonte: SIAFI, 2018.

Em relação aos contratados, a DCN Cherbourg e a Construtora Norberto Odebrecht S/A representam 75,54% do total a ser pago, vinculados ao PROSUB. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) DCN Cherbourg: Contrato nº 40000/2009-011/00, referente à transferência de tecnologia dos novos submarinos e para permitir a manutenção e o desenvolvimento da capacidade de construção desses meios navais no país; e



Marinha do Brasil (MB)
Diretoria de Finanças da Marinha (DFM)
Departamento de Contabilidade
Divisão de Análise de Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas do Comando da Marinha

(b) Construtora Norberto Odebrecht S A: Contrato nº 40000/2009-009/00, referente à implantação de estaleiro e base, infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares.

CRISLEIA APARECIDA REBOUÇAS FARIAS
Contadora do Órgão 52131 – Comando da Marinha
CRC nº RJ-098117/O-4



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Nota 03 – Provisões

Os procedimentos contábeis aplicados às provisões têm como base legal o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das Demonstrações Contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. O valor reconhecido como provisão refere-se a melhor estimativa do desembolso exigido para se extinguir a obrigação presente na data das Demonstrações Contábeis, correspondendo ao que a entidade racionalmente pagaria para, na data das Demonstrações Contábeis, liquidar a obrigação ou para transferi-la a um terceiro.

As estimativas dos resultados e efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de casos similares e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

As provisões são reavaliadas na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31/03/2018, o Órgão 52131 - Comando da Marinha consolidado com os Órgãos subordinados apresentou um saldo de R\$ 27.404.654.788,99, referente a provisões relativas às obrigações a longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, na data-base de 31/03, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 3.1 – Provisões – Composição.

	R\$		
	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH (%)
Provisões a curto prazo	0	0	0
Provisões a longo prazo	27.404.654.788,99	634.106,21	4.321.677
Total	27.404.654.788,99	634.106,21	4.321.677

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3.1 Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo do Passivo não Circulante é constituído pela Provisão para Riscos Trabalhistas registrada pela UG/Gestão 710300/52233-AMAZUL do Órgão 52233 – AMAZUL, no valor de R\$ 524.563,80, e pela Provisão de Pensões Militares Concedidas, no valor de R\$ 27.404.130.225,19.

Tabela 3.2 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

	R\$		
	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH (%)
Provisão para Riscos Trabalhistas	524.563,80	634.106,21	-17,28
Provisão de Pensões Militares Concedidas - LP	27.404.130.225,19	0	-
Total	27.404.654.788,99	634.106,21	4.321.677

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

3.1.1 Provisão para Indenizações Trabalhistas

A referida provisão destina-se à reclamações trabalhistas classificadas como risco provável. A provisão foi constituída tendo como base as melhores estimativas do risco



Notas Explicativas do Comando da Marinha

envolvido. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas, quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião do jurídico dos Órgãos.

A variação diminutiva de 17,28 % no período refere-se à atualização de valor da referida provisão, tendo por base o valor pleiteado nas causas judiciais e a reclassificação de risco de acordo com a situação processual.

3.1.2 Provisão para Pensões Militares Concedidas

Na data base de 31 de março de 2018, o Órgão Comando da Marinha (52131) possuía o saldo de R\$ 27.404.130.225,19, referente à apropriação das pensões militares concedidas.

O valor contabilizado é suportado pela Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF de 10 de outubro de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fornece o embasamento legal e normativo para o reconhecimento do passivo relacionado às pensões militares e para a evidenciação das despesas com militares inativos, bem como pela Nota Técnica Conjunta nº 001 SG/MD de 16 de novembro de 2017, do Ministério da Defesa, que trata da metodologia para o reconhecimento da provisão para pensões militares e para projeção das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas.

Destaca-se que as Notas Técnicas acima são resultados dos estudos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), Ministério da Defesa (MD) e Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, conforme Portaria Conjunta nº 55, de 24 de fevereiro de 2017, publicada na Seção 2, do Diário Oficial da União (DOU). Posteriormente, alterada pela Portaria Conjunta nº 68, de 03 de março de 2017, publicada na Seção 2, do DOU, de 08 de março de 2017.

O GTI foi criado com o objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração contábil do passivo referente às despesas futuras com militares inativos e com pensões militares, observados os marcos normativos pertinentes, objetivando ao atendimento de duas recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) exaradas no Acórdão nº 2.523/2016-TCU-Plenário, processo TC 008.389/2016-0, que trata do Parecer Prévio sobre as Contas da Presidente da República – 2015.

As premissas biométricas, financeiras e econômicas, bem como a metodologia de cálculo do valor provisionado estão em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Nota Técnica Conjunta nº 001/2017SG/MD.

Ressalta-se que o cálculo foi feito com base nas projeções atuariais das pensões militares concedidas, realizadas pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV) com base nos dados de pessoal referente ao ano de 2016.

3.1.2.1 – Premissas

Para o reconhecimento da provisão para Pensões Militares, deve-se ter em mente que a mensuração do risco, inicialmente, calculado sofrerá alterações ao longo do tempo devido a: condições econômicas e/ou sociais de uma população sejam elas, por exemplo, flutuações de



Notas Explicativas do Comando da Marinha

ativos no mercado, juros e inflação, ou seja, sobrevivência além da expectativa de vida ou mortes antes do período previsto, características específicas do grupo.

Portanto, para se reconhecer o valor da provisão, necessita-se estudar as premissas a serem utilizadas nos cálculos, as quais abrangem diversas áreas a saber:

a) Política de geração de benefício: determina os contribuintes, bem como a base salarial conforme posto/graduação, a forma de custeio do benefício e o regime financeiro, conforme a Lei no 3.765, de 4 de maio de 1960, prevê:

“Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, os seguintes militares da ativa, da reserva remunerada e reformados das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal:

a) oficiais, aspirantes a oficial, guardas-marinhas, suboficiais, subtenentes e sargentos;

b) cabos, soldados, marinheiros, taifeiros e bombeiros, com mais de 2 (dois) anos de efetivo serviço, se da ativa; ou com qualquer tempo de serviço, se reformados ou asilados.”

[...]

Art. 3º - A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.

Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento.

[...]

Art. 32 A dotação necessária ao pagamento da pensão militar, tendo em vista o disposto no art. 31 desta lei, será consignada anualmente no orçamento da República aos ministérios interessados.”

b) Conjuntura econômica do país: premissas relacionadas à conjuntura do país são complexas, relevantes e de maior variação ao longo das últimas três décadas. A prudência diante de cenários deve ser adotada como um balizador para a determinação do custeio, podendo ser adotadas premissas mais conservadoras.

I) Inflação: não será considerada, uma vez que os valores das contribuições e dos benefícios não sofrem indexação. Ressalta-se que não há influência desse índice no valor a ser reconhecido no Balanço Geral da União (BGU), tendo em vista que a inflação não comporá a taxa de desconto que incidirá no cálculo do Valor Presente Líquido das projeções atuariais;

II) Taxa de juros real: equivalente à remuneração do título do Tesouro Nacional, cujo vencimento mais se aproximar do período considerado para a projeção. Neste caso, Tesouro IPCA + 2035 (NTNB Princ), cuja taxa a ser utilizada nos cálculos será a constante no site da Secretaria do Tesouro Nacional, em 31 de dezembro do ano das demonstrações contábeis.

III) Taxa de desconto: considerar a mesma taxa de juros real; e



Notas Explicativas do Comando da Marinha

c) Horizonte temporal: dezesseis anos, correspondente ao tempo médio de duração do benefício para o grupo fechado (pensões concedidas), conforme dados constantes no Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (BIEG). Ressalta-se que, em avaliações futuras, o horizonte temporal poderá ser modificado em função do comportamento da população estudada.

Importante salientar que o horizonte temporal de dezesseis anos difere-se do horizonte temporal apresentado no relatório “Avaliação Atuarial do Sistema de Pensões Militares das Forças Armadas”, anexado ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias anual, por se tratar de um subgrupo daquele exposto, ou seja, apenas as pensões já concedidas a dependentes de militares.

d) Aspectos Biométricos: envolvem premissas relacionadas à longevidade, à entrada em invalidez e ao grupo familiar. Ao se trabalhar com um grupo fechado (dependentes beneficiários de pensão militar), esse terá um comportamento diferente em relação à população brasileira como um todo.

I) Tábua de mortalidade: registra a involução quantitativa de um determinado grupo diante do fator decremental morte. Esse registro é distribuído por idade, sendo feito normalmente desde o momento do nascimento até a morte do indivíduo mais longo do grupo. A tábua utilizada para o efetivo das Forças Armadas foi a GKM-70, desagradada em 61%.

II) Composição familiar: Determinante para o pagamento de pensão a dependentes de militares. Exige a regularidade cadastral dos associados e seus dependentes e sua exatidão é essencial aos cálculos.

3.1.2.2 – Metodologia

a) O financiamento das pensões militares se dá por meio do orçamento anual, sendo as receitas do exercício integralmente utilizadas para o pagamento dos benefícios referentes ao mesmo exercício. Não havendo acumulação de recursos, é possível entender que essa prática se assemelha a um regime de financiamento de repartição simples;

b) Cabe destacar, conforme item 60, do Relatório do Acórdão nº 1.295/2017, que não há exigência de equilíbrio financeiro e atuarial para as despesas relativas aos militares inativos e pensionistas; e

c) Conforme David *et al* (2009)¹, a Reserva no tempo t (tV) representa os ativos necessários nesse tempo, tal que, junto com os prêmios (contribuições) a receber (Pt), seja possível, em termos de valores esperados, pagar os benefícios (Bt) e cobrir as despesas, onde ativos são os investimentos do montante aplicado e despesas correspondem às taxas administrativas para manutenção dos benefícios, como por exemplo, taxa de administração. Então concluímos que:

¹ Dickson, David; Hardy, Mary R.; Waters, Howard. Actuarial Mathematics for Life Contingent Risks. 2nd. Edition, Cambridge University Press, New York, 2009.



Marinha do Brasil (MB)
Diretoria de Finanças da Marinha (DFM)
Departamento de Contabilidade
Divisão de Análise de Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas do Comando da Marinha

$${}_tV = B_t + \text{despesas} - P_t$$

No caso das Pensões Militares é possível inferir que não existem ativos nem despesas. Assim, podemos escrever a seguinte fórmula:

$${}_tV = B_t - P_t$$

Para cada período t , será trazido a Valor Presente a diferença entre os valores dos benefícios e das contribuições.

Para o cálculo do Valor Presente temos:

$$VP = \frac{{}_tV}{(1+i)^t}$$

Onde:

VP = Valor Presente;

${}_tV$ = Valor da Reserva no período t ;

i = taxa de juros: será utilizada como taxa de juros real + inflação (0%); e

t = período a ser trazido a valor presente.

CRISLEIA APARECIDA REBOUÇAS FARIAS
Contadora do Órgão 52131 – Comando da Marinha
CRC nº RJ-098117/O-4



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Nota 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como a redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros ou potenciais serviços. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/03/2018, o Órgão 52131 - Comando da Marinha consolidado com os Órgãos subordinados apresentou um saldo de cerca de R\$ 63 bilhões relacionados a Imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, na data-base de 31/03, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 4.1 – Imobilizado – Composição.

	R\$		
	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH%
Bens Móveis	24.625.914.341,08	23.081.755.767,75	6,69
(+) Valor Bruto Contábil	26.457.134.095,49	23.931.912.067,23	10,55
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(1.655.754.354,24)	(681.126.807,29)	143,09
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(175.465.400,17)	(169.029.492,19)	3,80
Bens Imóveis	38.714.499.072,95	37.341.556.158,84	3,68
(+) Valor Bruto Contábil	38.835.118.684,00	37.384.667.664,81	3,88
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(120.619.611,05)	(43.111.505,97)	179,78
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	(0,00)	(0,00)	0,00
Total	63.340.413.414,03	60.423.311.926,59	4,83

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

4.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 52131 consolidado com os Órgãos subordinados, em 31/MAR/2018, totalizavam cerca de R\$ 24,62 bilhões distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 4.1.1 – Bens Móveis – Composição

	R\$		
	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferram	1.453.722.651,03	1.359.803.548,09	6,90
Bens de Informática	207.165.580,65	189.910.389,24	9,08
Móveis e Utensílios	230.997.041,55	220.306.788,65	4,85
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	43.772.668,61	42.554.322,38	2,86
Veículos	6.492.995.384,42	6.534.330.266,09	-0,63
Peças e Conjuntos de Reposição	146.791,56	1.009,21	14.445,20
Bens Móveis em Andamento	16.639.293.405,96	14.502.305.280,87	14,73
Bens Móveis em Almoxarifado	225.275.329,98	215.087.157,62	4,74
Armamentos	354.217.198,34	355.755.009,22	-0,43
Semoventes	81.193,50	56.483,05	43,75
Demais Bens Móveis	809.466.849,92	511.801.812,81	58,16
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.655.754.354,26)	(681.126.807,29)	143,09
Redução ao Valor Recuperável	(175.465.400,17)	(169.029.492,19)	3,80
Total	24.625.914.341,09	23.081.755.767,75	6,69

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Dos saldos das contas contábeis referentes ao Grupo de Bens Móveis do Órgão 52131 consolidado com os Órgãos subordinados, cerca de 67% refere-se a Bens Móveis em Andamento, o qual é composto em grande parte por Bens Móveis em Elaboração, no valor de R\$ 6.636.066.453,10 (39,88%) e Adiantamentos para Inversões em Bens Móveis, no valor de R\$ 7.976.977.967,08 (47,94%).

Em relação aos Bens Móveis em Elaboração, a UG/Gestão 740002/00001 – Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino Nuclear (País) e a UG/Gestão 740003/00001 – Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino Nuclear (Exterior), ambas pertencentes ao Órgão 52131, são responsáveis por 73,95% do saldo da conta de Bens Móveis em Elaboração, cujos lançamentos correspondem à aquisição de máquinas e motores de navios e submarinos.

Por sua vez, os Adiantamentos para Inversões em Bens Móveis possuem a UG/Gestão 740003/00001 – Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino Nuclear (Exterior) do Órgão 52131, como responsável por 95,57% do valor registrado, cujo saldo refere-se a adiantamentos a fornecedores relativos às aquisições de máquinas e motores de navios e submarinos.

As variações julgadas mais significativas referem-se, principalmente, às variações aumentativas de 14.445,20% em Peças e Conjuntos de Reposição; de 58,16% na conta de Demais Bens Móveis; de 43,75% em Semoventes; e de 143,09% na conta de Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Móveis.

A variação aumentativa em Peças e Conjuntos de Reposição explica-se, principalmente, pela aquisição de materiais hospitalares pela UG/Gestão 765720/00001 – Hospital Naval Marcílio Dias. Por sua vez, a variação aumentativa em Demais Bens Móveis justifica-se, principalmente, em função de apropriação de saldo, referente a equipamentos de recuperação/modernização, realizada pelas UG/Gestão 791160/00001 – 1º Esquadrão de Aviões Interceptação e Ataque. Com relação às demais variações aumentativas, a variação da conta de Semoventes decorre, principalmente, dos registros de incorporação de animais pela UG/Gestão 784200/00001 – Grupamento de Fuzileiros Navais de Belém, pertencente ao Órgão 52131. Já a variação na conta de Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Móveis refere-se em grande parte a lançamentos efetuados, na conta de Depreciação Acumulada, principalmente, na UG/Gestão 791620/00001 – Comando do Segundo Esquadrão de Escolta.



Notas Explicativas do Comando da Marinha

4.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 31/MAR/2018, totalizavam cerca de R\$ 38,7 bilhões, distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 4.2.1 Bens Imóveis – Composição.

	R\$		
	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	32.728.117.631,13	31.764.685.965,36	3,03
Bens de Uso Comum do Povo	7.990,00	7.990,00	0,00
Bens Dominicais	12.251,60	45.585,00	-73,12
Bens Imóveis em Andamento	5.764.588.865,76	5.315.072.096,48	8,46
Instalações	267.316.022,05	200.200.867,66	33,52
Demais Bens Imóveis	64.362.020,87	93.941.257,72	-31,49
Benfeitoria em Propriedades de Terceiros	10.713.902,59	10.713.902,59	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	(120.619.611,06)	(43.111.505,97)	179,79
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Total	38.714.499.072,94	37.341.556.158,84	3,68

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 84,54% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 52131 consolidado com os Órgãos subordinados.

No que diz respeito às variações julgadas mais significativas entre os períodos, destacam-se as variações diminutivas de 73,12% na conta de Bens Dominicais e a de 31,49% na conta de Demais Bens Imóveis; e as variações aumentativas de 33,52% em Instalações e de 179,79% na conta de Depreciação/ Amortização Acumulada de Imóveis.

A variação diminutiva na conta de Bens Dominicais refere-se à baixa integral de saldo, em função de término de obra referente a benfeitorias em imóvel de terceiros, efetuada pela UG/Gestão 765710/00001 Centro de Medicina Operativa da Marinha. O saldo atual dá-se em virtude de registros efetuados pela UG/Gestão 784810/00001- Centro de Intendência da Marinha em Belém. Já a variação diminutiva na conta de Demais Bens Imóveis refere-se, principalmente, à baixa de saldo decorrente de reclassificação por incorporação de nove Próprios Nacionais Residenciais (PNR), correspondentes ao processo nº 63230.02822/2012-86, por parte da UG/Gestão 742000/00001 – Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

No que se refere às variações aumentativas, a variação na conta de Instalações refere-se, principalmente, à apropriação de saldo por reclassificação, referente ao Contrato 70100/2011-017/00 para fornecimento de motor de propulsão elétrico-magnética permanente, incluindo acessórios, documentação, assistência técnica e treinamento para o Laboratório Núcleo de Geração Elétrica - LABGENE por parte da UG/Gestão 742000/00001 – Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo. Por sua vez, a variação na conta de Depreciação/ Amortização Acumulada de Imóveis permanece sendo relativa, principalmente, à apropriação de depreciação referente aos imóveis das UG/Gestão 765720/00001 – Hospital Naval Marcílio Dias e 742000/00001 – Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

Tabela 4.2.2 Bens de Uso Especial – Composição

R\$

Versão:

1.0.0

Atualizada em:

20/04/2018



Notas Explicativas do Comando da Marinha

	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	61.766.071,11	56.512.850,00	9,30
Terrenos, Glebas	5.246.928.258,84	5.234.587.012,59	0,24
Aquartelamentos	8.504.010.692,40	7.891.671.477,01	7,76
Imóveis de Uso Educacional	466.001.920,85	463.686.093,66	0,50
Edifícios	421.300.454,63	365.808.559,55	15,17
Complexos, Fábricas e Usinas	14.964.241.031,70	14.964.241.031,70	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	1.352.917.836,39	1.197.381.648,35	13,05
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	1.710.951.365,21	1.590.797.292,49	7,55
Total	32.728.117.631,13	31.764.685.965,36	3,03

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que os Bens de Uso Especial são constituídos, principalmente, por Complexos/Fábricas e Usinas (45,72%), Aquartelamentos (25,98%) e Terrenos/Glebas (16,03%).

Das variações mais significativas, destacam-se as variações aumentativas de 15,17% em Edifícios e de 13,05% em Imóveis Residenciais e Comerciais. Ambas correspondem, principalmente, às reavaliações de imóveis no SPIUNET por parte das UG/Gestão 785350/00001 – Capitania Fluvial de Porto Alegre e UG/Gestão 783810/00001 – Centro de Intendência da Marinha em Natal, bem como da reclassificação da conta Obras em Andamento para as devidas contas no SPIUNET, das UG/Gestão 765703/00001 - Odontoclínica Central da Marinha e UG/Gestão 740002/00001 - Coordenação Geral Programa Desenvolvimento Submarino Nuclear (País).

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI (Web), na Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN, e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data-base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Desta forma, considerando o 1º trimestre de 2018, foram realizadas Reavaliações em Bens Imóveis de Uso Especial, principalmente, pelas UG/Gestão 785350/00001 – Capitania Fluvial de Porto Alegre e UG/Gestão 783810/00001 – Centro de Intendência da Marinha em Natal, ambas do Órgão 52131. A Reavaliação foi realizada com base no valor cadastrado no Sistema Patrimonial da União – SPIUNET, o qual foi atualizado pela adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens imóveis, quando esses forem superiores ao valor líquido contábil. As respectivas contrapartidas foram registradas como Resultado do Período.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A metodologia de avaliação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI (Web), Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensalmente e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



Marinha do Brasil (MB)
Diretoria de Finanças da Marinha (DFM)
Departamento de Contabilidade
Divisão de Análise de Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas do Comando da Marinha

CRISLEIA APARECIDA REBOUÇAS FARIAS
Contadora do Órgão 52131 – Comando da Marinha
CRC nº RJ-098117/O-4



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Nota 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/03/2018, o Órgão 52131 - Comando da Marinha consolidado com os Órgãos subordinados apresentou um saldo em torno de R\$ 89,8 milhões relacionados à Intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 5.1 – Intangível – Composição.

	R\$		
	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	11.525.512,68	11.552.920,40	-0,24
Software com Vida Útil Indefinida	582.176,57	386.061,88	50,80
Marcas, Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	76.163.145,41	72.851.853,65	4,54
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	1.725.093,41	2.620.804,64	-34,18
Amortização Acumulada	(137.874,41)	(35.698,58)	286,22
Total	89.858.053,66	87.375.941,99	2,84

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

No Grupo Intangível, destaca-se o item Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida, que representa cerca de 85% do Grupo. Desse percentual, cerca de 95% (R\$ 72.177.145,22) caracterizam-se como Marcas, Direitos e Patentes Industriais registradas pela UG/Gestão 740003/0001 Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento do Submarino Nuclear (Exterior) do Órgão 52131.

As variações mais significativas referem-se, principalmente, às variações aumentativas de 50,80% em Software com Vida Útil Indefinida e de 286,22% em Amortização Acumulada. E a variação diminutiva de 34,18% em Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado.

A variação em Software com Vida Útil Indefinida refere-se, principalmente, pela incorporação de saldo em função de aquisição de software pela UG/Gestão 742010/00001 - Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo. Já a variação em Amortização Acumulada



Marinha do Brasil (MB)
Diretoria de Finanças da Marinha (DFM)
Departamento de Contabilidade
Divisão de Análise de Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas do Comando da Marinha

relaciona-se à apropriação realizada pelo Órgão 52233 – Amazônia Azul Tecnologia de Defesa S/A relativa a Softwares.

Por sua vez, a variação diminutiva em Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado refere-se à reclassificação e acerto de lançamento indevido feito pela UG/Gestão 631040/00001 – Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais, pertencente ao Órgão 52132.

CRISLEIA APARECIDA REBOUÇAS FARIAS
Contadora do Órgão 52131 – Comando da Marinha
CRC nº RJ-098117/O-4



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Nota 06 – Demais Créditos e Valores a Receber

Compreendem os demais direitos a receber relacionados, principalmente, com: (i) Adiantamentos Concedidos; (ii) Tributos a Recuperar/Compensar; (iii) Créditos por Danos ao Patrimônio; (iv) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados; e (v) Outros Créditos a Receber.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), os valores são mensurados e avaliados, inicialmente, com base no valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Há também o registro de ajuste para perdas que é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber. Deste modo, de acordo com a Macrofunção 02.03.42 – Ajustes para Perdas Estimadas, para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, utiliza-se a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados. Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento referente aos últimos três (03) exercícios sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da mesma conta. A parcela correspondente aos riscos de recebimento de direitos é reconhecida em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

Em 31/03/2018, o Órgão 52131 - Comando da Marinha consolidado com os Órgãos subordinados apresentou um saldo em torno de R\$ 404 milhões relacionados a Demais Créditos e Valores a Receber.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 6.1 – Demais Créditos e Valores a Receber – Composição.

R\$

	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH(%)
Demais Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo	341.054.300,94	482.973.866,72	70,62
Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo	63.597.701,99	0,00	-
Total	404.652.002,93	482.973.866,72	83,78

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Do Grupo dos Demais Créditos e Valores a Receber, as contas de curto prazo representam cerca de 84%.

6.1 – Demais Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo

Tabela 6.2 – Demais Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo – Composição.

R\$

	31/MAR/2018	31/MAR/2017	AH(%)
Adiantamentos Concedidos	112.117.150,56	159.016.294,81	-29,49
Tributos a Recuperar/Compensar	1.510,51	0,00	-
Créditos por Danos ao Patrimônio	2.049.140,15	100.971.876,72	-97,97
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	307.757.801,50	302.279.409,39	1,81
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(80.871.301,78)	(79.293.714,20)	1,99
Total	341.054.300,94	482.973.866,72	-29,38

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Observa-se que, na composição dos Demais Créditos e Valores a Receber a Curto Prazo, a conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo representa cerca de 73% do Grupo, seguida pela conta de Adiantamentos Concedidos, que representa cerca de 27% dos referidos Créditos.



Notas Explicativas do Comando da Marinha

O Grupo Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo é composto em sua maioria (98,25%) por Créditos a Receber de Entidades Federais sob responsabilidade do Órgão 31280 – Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM), correspondendo aos contratos de financiamento do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), que já foram encerrados na CCCPM e que se encontram em análise junto ao FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais) para novação e emissão de Títulos de CVS nos termos da Lei nº 10.150, de 21/12/2000, por parte da Caixa Econômica Federal (CEF).

Já os Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo representam em sua maioria (97,54%), a perda estimada relativa aos Créditos a Receber de Entidades Federais. Referem-se aos valores de contribuição dos mutuários relativos ao FCVS, fundo público de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do SFH, com a finalidade de garantir o limite de prazo para amortização da dívida dos mutuários decorrentes de financiamentos habitacionais. Os referidos ajustes ocorrem quando se enquadram nas seguintes situações:

a) Multiplicidade: Quando o mutuário possui mais de um financiamento. Até 05/12/1990, o mutuário não poderia ter mais de um financiamento no mesmo município. Após esta data, vale para todo o território nacional; e

b) Negativa de contribuição: Até Outubro/1984, a contribuição do FCVS era à vista, calculada sobre o valor do financiamento. Para muitos destes casos, não há registros que comprovem a efetiva contribuição por parte do mutuário. Vale ressaltar que, antes deste período, o valor da contribuição correspondia a uma prestação e após Outubro/1984, passou a ser mensal.

Os ajustes são apurados trimestralmente, sendo os valores de multiplicidade atualizados pelos juros de novação + correção monetária VRF (Valor referencial do financiamento) e os casos de negativa de contribuição, apenas por esta última.

No que diz respeito às variações julgadas mais significativas entre os períodos, destacam-se as variações diminutivas de 29,49% em Adiantamentos Concedidos e de 97,97% em Créditos por Danos ao Patrimônio. A variação em Adiantamentos Concedidos refere-se, principalmente, a regularização contábil, com baixa de saldo da conta 113110500 – Adiantamento a Prestadores de Serviços e reclassificação para a conta 123210604-Adiantamentos para Inversões em Bens Imóveis, tendo em vista que a despesa fora realizada em Natureza de Despesa (ND) de Investimentos (449051).

Por sua vez, a variação em Créditos por Danos ao Patrimônio explica-se pela alteração na contabilização de valores apurados em Tomada de Contas Especiais – TCE por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Tal alteração corresponde ao reconhecimento como ativos apenas dos valores cujas contas foram julgadas irregulares pelo TCU, com imposição de débito ao responsável. Desta forma, os valores constantes no Grupo de Contas 113410200 – Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU foram baixados e registrados em contas do Grupo 897320000 – Diversos Responsáveis Apurados, conforme COMUNICA CCONT/STN nº 2017/1153156. Assim, os registros na conta de Diversos Responsáveis Apurados encontram-se em análise e avaliação, conforme decisão proferida pelo TCU nos processos encaminhados para julgamento, podendo ensejar em baixa e/ou registros contábeis nas contas de Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU de curto ou longo prazo.

Quanto à variação na conta Tributos a Recuperar/Compensar, originou-se na UG/Gestão 732200 - Centro de Instrução Almirante Milciades Portela Alves, devido ao recolhimento, a maior, de tributos.



Notas Explicativas do Comando da Marinha

Ressalta-se, ainda, que a variação aumentativa de 1,99% na conta de Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo refere-se ao reconhecimento dos Ajustes para Perdas Estimadas, no valor de R\$ 1.989.239,00, referentes aos Créditos por Danos ao Patrimônio.

Tabela 6.3 – Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo – Composição. R\$

	31/MAR/2018	AV(%)
Adiantamentos Concedidos	15.661,50	0,00
Créditos por Danos ao Patrimônio	63.468.616,99	99,78
Depósitos Restituíveis e Valores	113.423,50	0,18
Total	63.597.701,99	100,00

Fonte: SIAFI, 2017 e 2018.

Do Grupo Demais Créditos e Valores a Receber a longo prazo, a conta Créditos por Danos ao Patrimônio representa cerca de 99%, cuja conta 121210503 – Créditos a Receber por Desfalques ou Desvios corresponde a 92,24% de seu total, sendo 87,80% no Órgão 52131- Comando da Marinha, tendo a UG/Gestão 795180 – Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador desse Órgão, como responsável pela inscrição de 80,46%.

CRISLEIA APARECIDA REBOUÇAS FARIAS
Contadora do Órgão 52131 – Comando da Marinha
CRC nº RJ-098117/O-4